

36 também ao Conselheiro Maurício Kuehne, destacando o quanto colaborou para a
37 elaboração das Diretrizes Básicas, assim como para a criação da Escola Penitenciária
38 Nacional. Mencionou também o ex- conselheiro Frederico Guilherme Guarília que
39 contribuiu para a Resolução que criou a Escola Penitenciária Nacional. O presidente em
40 exercício agradeceu as colocações do ex- Conselheiro Licínio Leal Barbosa, e teceu
41 comentários sobre as Diretrizes de Política Criminal e Penitenciária, bem como sobre a
42 Escola Penitenciária Nacional, deixando claro que há um esforço no sentido de
43 implantar em todos os estados uma Escola Penitenciária. Aduziu que o Brasil tem 19
44 Escolas Penitenciárias e a perspectiva é a de que, até o ano de 2007, todas as
45 unidades federativas possam ter suas escolas. Agradeceu a presença honrosa do Dr.
46 Licínio Leal Barbosa e consignou que o Estado do Goiás tem sido um referencial no
47 campo da execução da pena e da reintegração social do apenado. Passou a palavra ao
48 Secretário de Justiça do Estado Dr. Edmundo Dias, o qual cumprimentou a todos da
49 mesa e os demais presentes, agradecendo ao Dr. Maurício Kuehne as expressões de
50 estímulo e elogio. Em seguida, a palavra foi retomada pelo presidente em exercício Dr.
51 Maurício Kuehne, que submeteu ao crivo dos Conselheiros a Ata da 329ª Reunião
52 Ordinária, aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro César Oliveira de
53 Barros Leal. Referiu documento da Associação dos Defensores Públicos do Piauí,
54 dirigido ao Dr. Vetuval como vice-Presidente do Conselho, pedindo indicação de um dos
55 membros do CNPCP para proferir uma palestra sobre o tema “O Sistema Carcerário e
56 os Direitos Humanos”. Por se tratar de uma associação de Defensores Públicos a autora
57 do expediente, sugeriu-se que o Conselheiro Carlos Weis, Defensor Público e
58 Corregedor da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, participasse do encontro,
59 representando o Conselho. Dando continuidade aos trabalhos passou-se à fase das
60 Comunicações. O presidente em exercício Maurício Kuehne cedeu a palavra ao
61 Conselheiro Pedro Sérgio, o qual lembrou aos Conselheiros a data-limite para entrega
62 dos capítulos que irão integrar o livro a ser publicado pela editora Del Rey, em
63 homenagem ao Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. Conclamou, então, aos
64 Conselheiros que fosse feito urgentemente a entrega dos artigos. O Conselheiro Luis
65 Guilherme pediu, através do Conselheiro Pedro Sérgio, que o Colegiado atentasse
66 sobre a visita dos advogados ao preso e a limitação que esses estão tendo; destacou o
67 problema de imagens que são repassadas para as emissoras de tv pela Polícia Federal.
68 O vice-Presidente em exercício retomou a palavra e comunicou que esteve reunido com
69 o Dr. Vetuval e a Chefia de Gabinete do Ministro e foram feitas algumas observações
70 acerca das vagas existentes no CNPCP. O Chefe de Gabinete ficou de agendar uma

71 reunião para que este assunto fosse levado ao Ministro da Justiça. A palavra foi
72 passada ao Conselheiro Mario Julio, o qual comunicou que, como representante do
73 Conselho, esteve presente ao lançamento do concurso ‘Escrevendo a liberdade’ em
74 São Paulo. Falou sobre o concurso que certamente irá movimentar muitos dos que hoje
75 estão privados de liberdade no Brasil, os quais deverão participar mediante redações,
76 letras de musica e qualquer tipo de manifestação literária em consonância com o
77 regulamento do concurso. Com a palavra, o Conselheiro César Barros Leal
78 cumprimentou o Conselheiro Carlos Lélío Lauria por ter sido aclamado mais uma vez
79 como Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça,
80 Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, e entregou ao Dr. Herbert
81 Carneiro o certificado que registra a palestra proferida por ele em 29 de março de 2007,
82 em Fortaleza, sob o titulo “Direitos Humanos e a Prisão” , na 9ª Sessão Anual do Fórum
83 Permanente de Direitos Humanos Dr. Antônio Augusto Cansado Trindade, promovido
84 pelo Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, com o apoio do Centro de Estudos e
85 Treinamento da PGE, da Escola Superior da Magistratura e da FANOR. Em seguida, a
86 palavra foi transmitida ao Conselheiro Carlos Weis, que prestou uma homenagem à
87 servidora Luciana Aparecida de Macedo Pires, cumprimentando-a por haver sido
88 aprovado no exame da OAB. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Lélío se congratulou
89 com a todos e enfatizou o quanto ficara contente com a permanência do Dr. Maurício
90 Kuehne na direção do DEPEN. O Presidente em exercício, Dr. Maurício Kuehne,
91 solicitou que o Conselheiro Geder Rocha e a Conselheira Eleonora de Sousa
92 apresentassem o relatório da visita de inspeção à Goiânia. A sessão foi interrompida
93 para o almoço, após o qual os trabalhos recomeçaram com a audiência pública que
94 contou com a presença das seguintes autoridades: Dr. Paulo Gonçalves, OAB/GO; Dr.
95 José do Carmo Alves Siqueira, Conselheiro da OAB/GO; José Campos, Presidente em
96 exercício do CPGO; José Lino de Oliveira, superintendente de Segurança Prisional da
97 Secretaria de Justiça do Estado; Dra. Flávia Cavalcante de Lima Silva, Diretora do
98 Presídio Feminino-SEJUS; Dra. Sônia Maria Teixeira, vice-Presidente CEDIG/GO;
99 Dolores Martins Teixeira Maia, Estudante; Dra. Vilma Rosa I. Mendes, Superintendente
100 do CIS; Dr. Maccio Goiaz Leite Filho, Diretor-SEJUS; Dr. Oto Glória Filemon,
101 Superintendente de Direitos Humanos-SEJUS; Dra. Maria das Dores Dolly Soares,
102 Presidente CEVAM; Dr. Paulo Célio de Souza, Ouvidor Geral de Justiça do Estado; Dr.
103 João Batista de Oliveira, Superintendente Administrativo da SEJUS; Dr. Guelber
104 Caetano Chaves, OAB/GO; Dr. Alexandre Prudente Marques, da Comissão de Direitos
105 Humanos da OAB/GO; Dr. Vitor Hugo Pelles, da CDH/OAB-GO/CCEP/GO; Dr. Edson

106 Tadashi Sumida, Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Justiça do Estado de
107 Goiás; Dra. Sandra A. Amós, Chefe da Assessoria Técnica da Secretaria de Justiça do
108 Estado de Goiás; Dra. Anthya Il Carvalho Zortéa, Superintendente de Reintegração
109 Social-SEJUR/GO; Dra. Érika Gomes Veloso, Supervisora da Superintendência de
110 Reintegração Social da SEJUS; Dr. Hugo César Fraga Preto, Chefe de Gabinete-
111 SEJUS/GO; Dr. Hemerson Gomes de Meneses, Membro da Secretaria do Estado e
112 Justiça/GO; Euripedes Martins Pinheiro, Membro da Secretaria de Estado e Justiça/GO;
113 Dr. Getúlio Fernandes Bumm, da Secretaria de Estado e Justiça/GO; Maria das Graças,
114 Gerente Administrativo Judicial; Dr. Humberto Lopes Cursino, Membro do Conselho da
115 Comunidade/GO; Glória Madureira de Faria, da Pastoral Carcerária; Irmã Gesille de
116 Paula, da Pastoral Carcerária; Dr. Geyson Alves Borba, da Secretaria de Estado e
117 Justiça/GO; Dra. Deborah Cristina Neves Cordeiro, da Secretaria de Estado e
118 Justiça/GO; Sd. Gillian Marques de Oliveira, Guarda Municipal de Goiânia/GO; Maíra
119 Gabriel Heinen, da Oficina de Comunicação; Dr. Márcio Augusto de Andrade Pereira, da
120 Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal; Teresinha de Jesus Macedo
121 Motta; Membro do Conselho Penitenciário do Estado; Dr. João Bezerra Camforte,
122 Diretor Tesoureiro OAB/GO; Dr. Gilberto Batista Naves, Presidente da Comissão
123 Estadual Const. OAB/GO; Wanessa R. Vieira, Jornal Diário da Manhã; Nilva Ferreira
124 Ribeiro, SEE/estudante; Dr. Cleomar Rizzo O. Filho, Conselheiro OAB/GO; Dra. Alice de
125 Almeida Barcelos, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal, Promotora
126 de Justiça e Membro do Conselho Penitenciário do Estado/GO; Dra. Maria Risselma
127 Torres de Arruda, Membro do Conselho Penitenciário do Estado/GO; Major Anésio
128 Barbosa da Cruz Júnior, Diretor da POG; Edgar R. dos Santos, Reeducando da POG;
129 Wagner da Silva Lima, Reeducando da POG; Dorivaldo Braz de Oliveira, Reeducando
130 da POG; Eslaine Oliveira de Melo, Secretária Executiva do Conselho Penitenciário do
131 Estado de Goiás; Ten. Cel. João Luís Alves de Lima, Diretor do Presídio Militar da
132 Polícia Militar de Goiás; Claicy Clemente do Nascimento, Reeducanda do Presídio
133 Feminino de Goiás (Cis); Nelma Paula de Lima, Supervisora de Segurança do Presídio
134 Feminino; Dr. Roberto Rodrigues, Membro do Conselho Penitenciário do Estado de
135 Goiás e Conselheiro da OAB/GO e Carmem Silva Mendonça, Membro do Conselho
136 Penitenciário do Estado de Goiás. Para comporem a mesa o Presidente Dr. Maurício
137 Kuehne convidou o Dr. Edemundo Dias, Secretário Estadual de Justiça de Goiás; o Dr.
138 Haroldo Caetano, Procurador Geral do Ministério Público de Goiás; o Dr. Luiz A.
139 Philippsen, Superintendente da Polícia Federal de Goiás; o Dr. Marconi Pimenteira,
140 Procurador Geral do Município de Goiânia/GO; a Irmã Petra S. Pfullear, representando a

141 Pastoral Carcerária; além dos Conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes e Eleonora de
142 Souza Luna, relatores da Visita de Inspeção realizada no Estado, e o Dr. Miguel Ângelo
143 Cançado, Presidente da OAB/GO. O Relatório da visita de inspeção efetuada em
144 Goiânia pelos Conselheiros Geder Luiz Rocha Gomes e Eleonora de Souza Luna, e
145 pela Ouvidora do Depen/MJ, Dra Carla Polaine, Thiago Machado (Coordenador da
146 Ouvidoria) e Nathalli Vellasco (Técnica da Ouvidoria), foi apresentado pela Conselheira
147 Eleonara Linhares e pelo Conselheiro Geder Rocha. Após sua apresentação, o
148 Presidente em exercício recebeu alguns detentos do regime fechado que ali
149 representavam os internos das penitenciárias do Estado do Goiás, para relatarem as
150 dificuldades enfrentadas nas penitenciárias do Estado, máxime pela falta de Assistência
151 Jurídica. Em seguida, o Conselheiro Pedro Sérgio pediu a palavra e falou sobre a
152 constatação do Conselho de que no Estado do Goiás a média de presos vem a ser o
153 dobro dos outros Estados. Aduziu que na Vara de Execuções Penais há apenas um juiz,
154 e que este responde também por uma comarca do interior. Fez ver que a maioria das
155 varas cíveis do Estado Goiás possui dois Juizes trabalhando, um no período da manhã
156 e outro no período da tarde. O Presidente em exercício Dr. Maurício Kuehne concedeu a
157 palavra ao Secretário de Justiça, Dr. Edmundo Dias Filho, o qual começou falando sobre
158 o relatório lido pelos conselheiros, assinalando que a CPP de Luziânia e a cadeia de
159 Águas Lindas do Goiás fazem parte de um cinturão de problemas integrado às regiões
160 do entorno do DF. Mais: que Águas Lindas de Goiás está em uma fase de transição,
161 com o sistema prisional sendo absolvido pela Secretária da Justiça. Disse que
162 reconhece os problemas que foram apontados e que não existe nenhuma justificativa
163 válida, pois mesmo diante das dificuldades encontradas a situação nestas duas
164 delegacias deveria estar bem melhor. Falou também que o governo aprovou uma lei
165 criando a Defensoria Pública no Estado, mas que esta até agora não foi instalada por
166 força de uma série de dificuldades e pediu que os questionamentos feitos pelo Conselho
167 fossem encaminhados ao Governo de Goiás, a quem caberá tomar as decisões políticas
168 e institucionais que lhe aprouver. Assinalou que se impõe apoiar o funcionamento, o
169 mais rápido possível, da Defensoria Pública. Falou que em 2006 foi pedido um
170 orçamento de 37 milhões e aprovado um orçamento de apenas 18 milhões anual e para
171 o ano de 2007 foi pedido um orçamento de 78 milhões e aprovado um orçamento de 32
172 milhões. Destacou que estão construindo uma Política Penitenciária para o Estado que
173 não existia e a Secretaria da Justiça é um órgão recém criado. Disse que o manicômio
174 judiciário ainda não se criou, mas foi assinado um convênio entre a Secretaria de
175 Saúde, a Secretária da Justiça, a Secretária de Saúde Municipal, o Tribunal de Justiça e

176 o Ministério Público, sendo que, a partir deste convênio, todo cidadão que for
177 sentenciado a uma medida de segurança não irá para o Sistema Prisional e sim para a
178 Rede de Saúde Pública. Com respeito à questão da Tuberculose, o Secretário de
179 Justiça do Estado informou que no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia há
180 06 reeducados em tratamento, 06 em fase final de tratamento aguardando alta, 10
181 fazendo exames de laboratório. Quanto ao HIV existem 02 casos que têm o
182 acompanhamento do Hospital de Doenças Tropicais e da rede estadual de saúde. Sobre
183 o Patronato, informou que há apenas um instalado na Cidade de São Luis de Montes
184 Belos, estando sendo instalado o primeiro patronato de Goiânia. O Presidente em
185 exercício passou a palavra ao presidente da OAB Goiás, que relatou a gravidade do
186 problema da Vara de Execuções Penais em Goiás e disse que esta tem sido uma das
187 questões mais freqüentemente levadas ao Poder Judiciário do Estado do Goiás. Disse
188 que o atendimento aos advogados é precário e que a deficiência de pessoal, nesta área,
189 é demasiado grande. No dia seguinte, o 2º vice-Presidente, Dr. Maurício Kuehne, teve
190 que se ausentar por compromissos agendados com o Senhor Ministro da Justiça, Dr.
191 Tarso Genro. No dia anterior, ao final da Audiência Pública ficou designado o
192 Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva para presidir a sessão do dia 17/04. Dando
193 início aos trabalhos, o Presidente em exercício, Dr. Mario Julio, anunciou que quatro
194 processos estavam em pauta para apreciação a título de urgência. Priorizando estes
195 processos passou-se à sua apreciação: **1)** Processo MJ/CNPCP n.º
196 08037.000004/2006-86. Assunto: Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Ofício
197 079060052439-000-010, de 04/12/2006. Encaminha liminar deferida nos autos do
198 processo 079.06.005243-9. Despacho do Conselheiro Carlos Weis: pela conversão em
199 diligência e posterior restituição ao Relator para exarar parecer conclusivo. **2)** Processo
200 MJ/CNPCP n.º 08037.000077/2006-78. Assunto: Memorando 478, de 23/05/2006,
201 encaminha relatório sobre o sistema prisional de Alagoas. Despacho do Conselheiro
202 Carlos Weis: para que os autos fiquem arquivados na Secretaria do CNPCP a fim de
203 subsidiar a visita de Inspeção a ser agendada. **3)** Processo CNPCP/MJ nº
204 08037.000102/2006-13. Assunto: Informações sobre o Sistema Prisional do Estado de
205 Alagoas, para subsidiar a visita de Inspeção a ser realizada pelos Conselheiros
206 indicados na Resolução nº 03/2006. Despacho do Conselheiro Carlos Weis: que sejam
207 os autos custodiados pela Secretaria do CNPCP para subsidiar a visita de Inspeção a
208 ser agendada. **04)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000054/2005-82. Ofício 1752/2005.
209 Pedido de perdão de pena e tratamento médico para presidiária portadora de HIV
210 recolhida no Carandiru, Pavilhão II – São Paulo/SP. Despacho do Conselheiro Carlos

211 Weis: pelo arquivamento dos autos, uma vez que já encaminhou a matéria à Defensoria
212 Pública do Estado de São Paulo para as providências cabíveis, conforme o parecer do
213 Conselheiro relator Vetuval Martins Vasconcelos. **05)** Processo CNPCP/MJ n.º
214 08037.000117/2006-81. Assunto: Ofício 134/06, de 04/09/2006, do Conselho
215 Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul encaminha o Relatório de visita de
216 inspeção realizado na Penitenciária Estadual de Camaquã. Despacho do Conselheiro
217 Carlos Weis: seja arquivado na Secretaria do CNPCP com vistas a subsidiar visita de
218 inspeção a ser agendada. **06)** Processo MJ/DEPEN n.º 08016.006933/2006-47.
219 Assunto: Of. 187/06, encaminha cópia do relatório de visita de inspeção efetuada pelos
220 Conselheiros Nilton Ribeiro Caldas, Eloíza Pitrez Fontana e Maria da Silveira Marques,
221 membros do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul. Despacho do
222 Conselheiro Carlos Weis: pelo arquivamento dos autos, uma vez que este já está
223 autuado no processo 08016.007528/2006-46, com maior abrangência da matéria. **07)**
224 Processo MJ/DEPEN n.º 08016.007528/2006-46. Assunto: Memo 1316/2006, de
225 19/12/2006, encaminha cópia do Relatório de visita de inspeção à Casa Albergue
226 Feminino no Estado do Rio de Janeiro, por membros do Conselho Penitenciário do
227 Estado. Despacho do Conselheiro Carlos Weis: pelo arquivamento dos autos na
228 Secretaria do CNPCP com o fim de subsidiar a visita de inspeção a ser agendada pela
229 Comissão. **08)** Processo MJ/DEPEN n.º 08016.006817/2006-28. Assunto: Denúncia da
230 Comissão Teotônio Vilela no Sistema Prisional do Estado de Rondônia. Despacho do
231 Conselheiro Edison José Biondi: para que seja devolvido a OSPEN/DEPEN/MJ, após
232 juntada do Relatório apresentado em São Paulo. **09)** Processo MJ/GM n.º
233 08001.000262/2007-51. Assunto: PLS 75/2007 – Senador GERSON CAMATA. Altera a
234 Lei nº 7210, de 11/07/1984, para prever o exame criminológico com vistas à progressão
235 de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar do
236 preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa. Parecer
237 da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela aprovação do PL, com sugestões de
238 alterações. Aprovado pela maioria dos membros do Conselho, com a manifestação dos
239 Conselheiros Carlos Weis e Herbert José Almeida Carneiro. **10)** Processo MJ/GM n.º
240 08001.001184/2007-10. Assunto: trata do encaminhamento da cópia do ofício 1ª sex/ri/e
241 nº 20, de 15/01/2007, acompanhada da indicação nº 9.925, de 2006, de autoria da
242 Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas
243 de tráfico de armas, solicitando que seja prestada informações à casa civil. Parecer da
244 Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela elaboração de um projeto de Lei, pelo MJ, a
245 ser enviado ao Congresso Nacional tornando o sistema de informação integralizado na

246 forma da lei. Aprovado à unanimidade. **11)** Processo MJ/GM n.º 08001.000702/2006-99.
247 Assunto: PLS n.º 140/2006. Senador ÁLVARO DIAS. Altera a Lei n.º 9807, de
248 13/07/1999, para estender o benefício da redução de pena aos condenados presos que
249 colaborarem com qualquer investigação policial ou processo criminal. Parecer do
250 Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes: pela aprovação parcial do PL, conforme
251 proposto no substitutivo com as ressalvas apresentadas. Aprovado, à unanimidade.
252 Concluído o exame dos pareceres, o 2º vice-Presidente Maurício Kuehne encerrou os
253 trabalhos, agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata,
254 redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

255
256
257
258
259
260
261

VETUVAL MARTINS VASCONCELOS

1º Vice-Presidente do CNPCP

Publicada no DOU nº 102, de 29/05/07 – Seção 1, p. 22.